

ESTUDOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE EM UMA DISCIPLINA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Gleydson da Paixão Tavares

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este artigo apresenta um relato de experiência a partir da realização do componente curricular Educação em Ciências, Cultura e Sociedade (ECCS), do Programa de Pós-Graduação em nível de mestrado em Educação Científica e Formação de Professores (PPG-ECFP), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Tem como objetivo descrever e refletir sobre o desenvolvimento e as contribuições da disciplina ECCS, na perspectiva da diversidade de gênero e sexual na educação. Este estudo é de natureza descritiva e reflexiva e utilizou como instrumentos para a produção de dados a análise documental e as narrativas dos autores e de duas mulheres transexuais¹ que contribuíram para a realização de um seminário – parte integrante das atividades avaliativas do componente curricular. Adotou o método (auto)biográfico que permitiu a narração de experiências a partir da reflexão. As análises e discussões tiveram um cunho qualitativo, ancoradas pelos pressupostos pós-estruturalistas. A disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade nos possibilitou importantes discussões relacionadas ao campo da educação, gênero e sexualidade. Contribuiu para refletirmos sobre o processo educativo e o papel da educação na sociedade contemporânea com vistas a uma formação humanizadora e que privilegie o respeito às diversidades e ao pluralismo cultural.

Palavras-chave: Diversidade sexual e de gênero. Educação. Mulheres transexuais.

1 Introdução

O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Educação Científica e Formação de Professores (PPG-ECFP) reúne licenciados/as egressos dos cursos de Ciências Naturais, Biologia, Física, Química, Matemática e Pedagogia e tem o propósito de promover a qualificação do educador/a-pesquisador/a com vistas à geração de conhecimentos que contribuam para a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem.

A partir desse propósito, no primeiro semestre do ano de 2020, o Programa ofertou a disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade (ECCS). De acordo com o plano de curso, tinha como objetivo,

¹ A transexualidade “é uma experiência identitária, que está relacionada à capacidade dos sujeitos construir novos sentidos para os masculinos e os femininos [...]” (BENTO, 2012, p. 22-23).

discutir o processo educativo frente aos desafios socioculturais, as concepções de educação e o papel da educação na sociedade contemporânea. Ênfase será dada à análise de questões relacionadas à exclusão e a marginalização dos grupos minoritários e a desumanização que gera a violência psíquica, verbal e física. Também serão abordadas as problemáticas advindas de uma educação monocultural, racista, sexista, homofóbica e debatidos os possíveis caminhos para a construção de práticas educativas pautadas na humanização, dialogicidade, emancipação dos sujeitos, na compreensão emocional e no reconhecimento e respeito às diversidades com autonomia e alteridade (SOUZA; DUARTE, 2020, p.1).

As instituições de ensino, mediante o seu caráter social, devem ser um campo de reflexão e discussão sobre a diversidade e a pluralidade cultural e, assim, contribuir para que todos/as reconheçam e promovam os direitos dos grupos minoritários para a estimulação ao combate de todas as formas de violência, preconceito e discriminação dentro e fora da escola e do espaço acadêmico.

Na sociedade contemporânea, observamos a ampliação dos discursos de ódio aos grupos sociais mais vulneráveis e a tentativa de silenciamento das discussões de gênero e sexualidade nos espaços educativos. Segundo Junqueira (2017, p. 29) “busca-se instaurar um clima de *pânico moral* contra grupos social e sexualmente vulneráveis e marginalizados, por meio do acionamento de variadas estratégias discursivas, artifícios retóricos, repertórios, redes de intertextualidade, etc.”.

Diante do exposto e considerando as múltiplas diversidades sociais construídas, em especial, na perspectiva da sexualidade e de gênero, apresentamos um trecho da música “Respeito é bom e eu gosto”, de Luiz Caldas e César Rasec (2019) “Me respeite para eu te respeitar! Ele de rosa, você tem que respeitar. Ele de azul, você tem que respeitar. Sou diferente, você tem que respeitar. Pois gente é gente, você tem que respeitar. Diversidade, você tem que respeitar”. A sociedade bem como as instituições de ensino devem estabelecer relações sociais a partir do respeito e da observância da singularidade de cada sujeito.

Este texto é produto da experiência da participação na disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade (ECCS), do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPG-ECFP), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Uma das atividades avaliativas da disciplina culminou com a realização do Seminário Educação, Diversidade de Gênero e Sexual, o qual será objeto desse estudo.

O relato de experiência tem como objetivo descrever e refletir sobre o desenvolvimento e as contribuições do componente curricular ECCS, na perspectiva da diversidade de gênero e sexual na educação.

2 Gênero e sexualidade no contexto escolar: a transexualidade em foco

O Brasil é um país que apresenta uma vasta pluralidade e diversidade cultural. O povo brasileiro é constituído por diversos marcadores sociais que o torna único no mundo – étnico-raciais, de religião, de gênero, de sexualidade e de classe. Mediante os marcadores sociais, são forjadas as desigualdades sociais e desenhadas as hierarquias entre os sujeitos e, assim, são produzidas e reproduzidas o sentido de diferença.

Na perspectiva escolar, Bento faz uma interessante reflexão sobre a diferença (2011, p. 556),

É um equívoco falar em “diferença ou diversidade no ambiente escolar” como se houvesse o lado da igualdade, onde habitam os/as que agem naturalmente de acordo com os valores hegemônicos e os outros, ou diferentes. Quando, de fato, a diferença é anterior, é constitutiva dessa suposta igualdade. Portanto, não se trata de “saber conviver”, mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. Se tivermos essa premissa evidente, talvez possamos inverter a lógica: não se trata de identificar “o estranho” como “o diferente”, mas de pensar que estranho é ser igual e na intensa e reiterada violência despendida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) indicam objetivos gerais com vistas ao desenvolvimento dos/as estudantes do ensino fundamental. No tocante aos objetivos relacionados com as questões da pluralidade cultural e da orientação sexual, fazemos a seguinte menção:

conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997, p. 6).

Ainda de acordo com os PCN’s, a pluralidade cultural refere-se “ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1997, p. 19). Assim, é necessária a construção de uma identidade nacional que considere a pluralidade cultural e a diversidade étnica com vistas a uma sociedade que respeite o caldeirão cultural em que a sociedade brasileira foi forjada.

A escola enquanto espaço social responsável pela formação de crianças, jovens e adultos e tem o papel de construir propostas educacionais inclusivas e antirracistas, promover o reconhecimento da diferença, e formar cidadãos críticos, conscientes e preparados para intervir na sociedade. Entretanto, observamos que a escola, efetivamente, ainda não está preparada para discutir questões que considerem a pluralidade e a diversidade cultural, em especial, a diversidade de gênero e sexual. A autora Bento, nos traz uma reflexão sobre os limites da escola em lidar com as diferenças (2011, pag. 555-556):

Para se compreenderem os motivos que fazem da escola um espaço destinado, fundamentalmente, a reproduzir os valores hegemônicos, é necessário sair desse espaço, ampliar nosso olhar para a própria forma como a sociedade produz as verdades sobre o que deve ser reproduzido, quais os comportamentos de gênero sancionados e por que outros são silenciados e invisibilizados, qual a sexualidade construída como “normal” e como gênero e sexualidade se articulam na reprodução social. Essas questões não podem ser respondidas exclusivamente nos limites da escola. Há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação.

A autora nos chama a atenção de uma questão macro que transcende ao contexto escolar e que envolve outros espaços sociais, ou melhor, um projeto social, “uma engenharia de produção de corpos normais”, que acentuam e imprimem padrões de sexualidade e de gênero.

Pensar em gênero e sexualidade é compreender que existem diversas possibilidades de ser e de existir, é borrar o padrão binário e heteronormativo impelido para sociedade hegemônica. Para Louro (1997, p. 26),

Suas *identidades sexuais* se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*.

Ainda para a autora, existem “múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e feminilidades” (1997, p. 24), assim, o gênero sai da lógica binária de ser homem ou ser mulher e atravessa possibilidades variadas de viver as masculinidades e as feminilidades.

Entre essas múltiplas possibilidades de viver o gênero e a sexualidade, temos as mulheres trans e travestis que se encontram em um dos grupos minoritários LGBTQIA+ mais violentados pela sociedade e pela escola – violência de ódio das mais diversas ordens: física,

verbal, moral, psíquica, simbólica e psicológica. Nessa perspectiva, Jesus retrata a realidade dessas pessoas:

No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais² e elas não conseguem adequar seus registros civis³ na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada “transfobia” (2013, p. 106).

Dessa forma, podemos constatar que a sociedade precisa avançar na compreensão e no trato com os grupos que destoam do padrão hegemônico (homem, branco, hétero, cristão e burguês), precisa também reconhecer a pluralidade e a diversidade que compõe a nação brasileira e, a partir daí, respeitar todas as formas de viver e de ser humano.

3 Procedimentos Metodológicos

A realização desse estudo priorizou a abordagem qualitativa que trabalha com aspectos da realidade e que não podem ser mensurados numericamente. Segundo Minayo (2009, p. 21) a perspectiva qualitativa considera os fenômenos humanos enquanto realidade social “pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”.

Utilizou-se do método (auto)biográfico que possibilitou construir narrativas a partir de reflexões dos relatos da experiência vivenciada por intermédio da participação da disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade (ECCS), ministrada por um professor e uma professora, e ofertada no primeiro semestre de 2020, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPG-ECFP), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

Para Passeggi a reflexividade autobiográfica é “entendida como o retorno sobre si mesmo, para tirar lições de vida, e a noção de formação” (2011, p. 153). Corroborando com

² Aquele pelo qual a pessoa transexual ou travesti se identifica e é identificada socialmente (JESUS, 2013, p. 106).

³ Nome civil e sexo registrados na certidão de nascimento. Os registros civis brasileiros não adotam o conceito de gênero, ainda se restringindo ao sexo biológico (JESUS, 2013, p. 106).

essa assertiva Souza (2008, p. 38) compreende a abordagem autobiográfica “como uma metodologia de trabalho que possibilita tanto ao formador, quanto aos sujeitos em processos de formação significar suas histórias de vida, através das marcas e dispositivos experienciados nos contextos de sua formação”. Ainda segundo o autor,

O entendimento construído sobre a história de vida como um relato oral ou escrito, recolhido através de entrevista ou de diários pessoais, objetiva compreender uma vida, ou parte dela, como possível para desvelar e/ou reconstituir processos históricos e vividos pelos sujeitos em diferentes contextos (2006, p. 27).

Para a elaboração desse texto, também foi utilizado um levantamento bibliográfico, momento em que foram selecionados dissertações, artigos e livros relacionados às questões de gênero, sexualidade e educação. Para a produção dos dados, foram utilizados os relatos das experiências vivenciadas na disciplina bem como a transcrição das narrativas de duas entrevistas com mulheres transexuais, realizadas por meio da gravação de vídeo. As falas das entrevistadas contribuíram para uma melhor compreensão de suas trajetórias de vida e formativa no contexto escolar bem como subsidiaram a apresentação do Seminário Educação, Diversidade de Gênero e Sexual, atividade proposta pela disciplina ECCS. As análises e discussões tiveram um cunho qualitativo considerando os pressupostos pós-estruturalistas. Para Meyer e Soares (2005, p. 40) os processos de conhecer na perspectiva pós-estruturalista

são conflituosos, instáveis e recheados de disputas e é no interior dessas disputas que se travam entre diferentes teorias e conhecimentos, entre diferentes doutrinas e posições políticas, que se constroi aquilo que reconhecemos como certo/errado, normalidade/desvio, saudável/doente, nós/eles, homem/mulher. O que significa, também, assumir que é na linguagem que se produzem e se colocam em ação os mecanismos e as estratégias de identificação e de diferenciação que estão na base das hierarquizações e desigualdades sociais.

Discutir gênero e sexualidade no contexto escolar com ênfase na escolarização das mulheres transexuais permitiu a possibilidade de refletirmos sobre a imposição binária e heteronormativa que nos são postas na sociedade contemporânea.

4 Análise e Discussão

4.1 O plano de curso da disciplina – organização e planejamento

A disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade (ECCS) foi desenvolvida por um professor e uma professora e segundo o seu cronograma de atividades tinha como objetivo geral “discutir o processo educativo frente aos desafios socioculturais, enfatizando questões relacionadas à exclusão, à diversidade, buscando uma educação voltada para a humanização, dialogicidade, emancipação dos sujeitos visando a autonomia” (DUARTE; SOUZA, 2020, p. 1).

As metodologias de ensino foram estruturadas a partir de leitura e discussão de texto, exposição dialogada, apresentação de seminários, entre outras. Para o desenvolvimento das leituras, nos apropriamos dos estudos de diversos autores/as a exemplo de Mizukami (1986), Gallo (2002), Morin (2000), Santos (2014), Ferraro e Ross (2017), Candau e Leite (2011), Rocha (2017), Louro (2011), Verrangia e Silva (2010), Silva e Salles (2010), entre outros/as.

Como critérios de avaliação foram priorizados a avaliação de caráter processual com a observância da participação, da realização de atividades diárias, da frequência e da assiduidade, dos trabalhos em grupo e da apresentação de seminários.

4.2 O desenvolvimento da disciplina

O componente curricular ECCS integra o Núcleo de Disciplinas Obrigatórias do PPG-ECFP, possui carga horária de 60 horas, 04 créditos e foi ministrada semanalmente durante o primeiro semestre de 2020. Mediante o contexto pandêmico do COVID-19, a disciplina foi realizada de forma remota e teve como suporte a Plataforma Digital do Google Meet.

No decorrer das aulas tivemos a oportunidade de realizar discussões que contribuíram para a nossa formação a partir de questões que versavam sobre as concepções e o papel da educação na sociedade contemporânea bem como realizamos reflexões sobre o processo educativo frente aos desafios socioculturais. Para nortear o trabalho pedagógico, o Plano de Curso apresentava a seguinte ementa:

[...] Ênfase será dada à análise de questões relacionadas à exclusão e a marginalização dos grupos minoritários e a desumanização que gera a violência psíquica, verbal e física. Também serão abordadas as problemáticas advindas de uma educação monocultural, racista, sexista, homofóbica e debatidos os possíveis caminhos para a construção de práticas educativas pautadas na humanização, dialogicidade, emancipação dos sujeitos, na compreensão emocional e no reconhecimento e respeito às diversidades com autonomia e alteridade (DUARTE; SOUZA, 2020, p. 1).

Tendo em vista as temáticas abordadas pela ementa, apresentamos, em equipe, três seminários em momentos distintos: o primeiro seminário foi realizado a partir do livro Ensino: as abordagens do processo (MIZUKAMI, 1986); o segundo pautado no livro Os sete saberes necessários à educação do Futuro (MORIN, 2000); e o terceiro estruturado a partir de seis temáticas - Cultura e linguagem, Educação Inclusiva, Violência nas escolas, Educação e humanização e Educação, Diversidade de Gênero e Sexual⁴. A partir dessa última temática elencada, o terceiro seminário será objeto de análise do próximo subtópico.

4.2.1 O Seminário Educação, Diversidade de Gênero e Sexual

O Seminário intitulado Educação, Diversidade de Gênero e Sexual, foi organizado em equipe e apresentado aos/às colegas e a um professor e uma professora responsáveis pela disciplina ECCS. Foram utilizados como referencial teórico, duas produções da autora Guacira Louro que discutiam a temática.

Inicialmente provocamos uma reflexão sobre as diferenças, a partir das referências que marcam ou estabelecem “o diferente”, da representação “do diferente”, da comparação – atribuição qualificativa, do lugar ou uma posição que seria – “o normal” e da atribuição da diferença a partir da cultura. Para Silva, enquanto entidade independente, a diferença bem como a identidade “é concebida como autoreferenciada, como algo que remete a si própria” (2000, p. 74). Segundo o autor,

Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos (2000, p. 75-76).

Em seguida, fizemos uma discussão sobre diversidade cultural e multiculturalismo, heteronormatividade, homofobia, sexualidade, gênero, movimentos e grupos sociais (a exemplo dos feministas e LGBTQIA+), tolerância, transexualidade e sobre como a escola lida com essas questões.

Para esse estudo, como já mencionado, nos centraremos nas discussões sobre a transexualidade. Nesse sentido, durante o seminário apresentamos uma tabela em que constavam alguns dados sobre a realidade brasileira das pessoas transexuais e travestis. Os

⁴ A apresentação do Seminário Educação, Diversidade de Gênero e Sexual ficou sob a responsabilidade da equipe em que fui um dos componentes integrantes.

dados revelavam, em números estatísticos, às condições degradantes e desumanas que estão submetidas às pessoas trans e travestis. Por exemplo, apenas 0,2% desse público conseguem acessar o ensino superior em instituições federais (ANDIFES⁵, 2018); 55% dos jovens estudantes afirmaram ter ouvido, ao longo do ano anterior à pesquisa, comentários negativos especificamente a respeito das pessoas trans no ambiente escolar (ABGLT⁶, 2016); os maiores índices de suicídios concentram-se em mulheres trans e travestis enquanto os homens trans apresentam índices maiores de ideações ou tentativas (Relatório Transexualidades e saúde pública no Brasil, 2015); e por fim também apresentamos dados em que colocam o Brasil no ranking de país que mais assassina pessoas travestis e transexuais no mundo - cerca de 175 assassinatos no ano de 2020 (ANTRA e IBTE⁷, 2021).

No decorrer do Seminário também exibimos dois vídeos curtos produtos de entrevistas narrativas realizadas com duas mulheres trans - Rebeca e Mayara⁸ - com o objetivo de retratarmos algumas questões sobre a trajetória de vida e escolar dessas pessoas.

A primeira entrevistada chamada Rebeca, negra, tem 37 anos, residente em Itabuna-Bahia, identifica-se como uma mulher trans, e estudou até os anos finais do ensino fundamental. A segunda entrevista chamada Mayana, negra, tem 21 anos, residente em Itabuna-Bahia, identifica-se também como uma mulher trans e possui o ensino médio completo. Durante as entrevistas percebemos que as participantes eram de família humilde e estudaram em escolas públicas.

A transcrição das falas das entrevistadas produziu dados que foram codificados, reagrupados a partir da aproximação e do distanciamento das narrativas. Assim, emergiram quatro categorias de análise: a) apresentando falta de apoio na família e na escola; b) indicando discriminação e dificuldades na escola por ser diferente; c) revelando falta de oportunidade de trabalho e o exercício da prostituição e d) relatando um caso de assassinato por transfobia.

a) Apresentando falta de apoio na família e na escola

Nessa categoria, as narrativas da entrevistada revelam a falta de apoio na família e na escola, conforme expressam os excertos abaixo:

⁵ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

⁶ Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

⁷ ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. IBTE - Instituto Brasileiro Trans de Educação.

⁸ Nomes fictícios.

“[...] e por conta de dificuldades tanto na família, como na escola, por não ser aceita pelo diretor etc., e pelo meu pai também. Meus sonhos foram destruídos, eu queria fazer uma faculdade, ter um diploma, ter uma clínica veterinária, infelizmente meus sonhos foram destruídos tipo pelo meu pai que eu o culpo, porque tipo assim, ele não me deu aquela motivação para que eu corresse atrás dos meus sonhos” (REBECA, 2020).

“Ele o diretor chamou minha mãe num canto, assim, e não na minha frente e falou para a minha mãe que eu não poderia mais estudar naquela época, eu tendo 12 anos de idade, porque a minha orientação, que era uma pessoa diferente” (REBECA, 2020, grifo nosso).

As falas de Rebeca expressam o sentimento de rejeição tanto no âmbito familiar quanto no escolar. As pessoas transexuais são expostas a situações degradantes e, em muitos casos, são submetidas à expulsão de casa e a evasão (expulsão) escolar⁹. Nesse sentido, Bento assevera,

Pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo; enfim, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma: “não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto; quero uma cirurgia corretiva do meu sexo, não suporto esses seios que me aprisionam ao destino materno; quero mudar minha identidade civil”. Essas anunciações reverberam nas instituições como sentenças proferidas por uma pessoa transtornada, sem condições de significar suas dores (2011, p. 549-550).

b) Indicando discriminação e dificuldades na escola por ser diferente

As falas de Mayana indicam uma situação de discriminação e constrangimento no ambiente escolar, conforme abaixo:

“Cheguei na escola, “muito” olhares, eu esperava algo diferente, eu esperava um choque, mas, mas não foi aquele choque tanto. Foi um choque de diferença, mas, as pessoas, muitos elogiaram, muitos olharam assim, aquela coisa [...]” (MAYANA, 2020).

⁹ “É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia” (BENTO, 2011, 555).

“Eu recebi olhares diferentes até porque eu era a única no colégio, na verdade eu acho que eu fui a primeira, porque eu nunca ouvi história parecida nada, até hoje. Então tipo assim, enquanto eu estava lá eu era a única. Então eu recebia olhares diferentes, uma gracinha eu percebia, mas eu cortei, mas sempre me impus no meu lugar, respeito [...]” (MAYANA, 2020).

“Já houve momentos de tipo assim, professora, eu não digo assim nem professores e nem professoras, eu digo professora, uma única professora porque praticamente ela me perseguiu o ensino médio, tipo assim, uma vez ou outra quando ela tinha oportunidade, antes de eu fazer a troca dos meus documentos ela ia lá e liberava o nome de registro na hora da chamada [...]” (MAYANA, 2020, grifo nosso).

A partir das narrativas apresentadas, observamos como a escola pode ser um ambiente hostil e opressor. Percebemos a necessidade do estabelecimento de relações educacionais que prezem pelo respeito à diversidade e à pluralidade. Para Bento,

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão” (2011, p. 555).

c) Revelando falta de oportunidade de trabalho e o exercício da prostituição

Os fragmentos abaixo sinalizam as dificuldades de acesso às mulheres transexuais ao mercado formal de trabalho e, conseqüentemente, a inevitável atuação como profissional do sexo:

“[...] eu acabei optando por outro estilo de vida que pra mim, não é agradável e para qualquer outra pessoa que queira levar a vida de uma forma diferente” (REBECA, 2020).

“Eu tive que trabalhar de outras formas porque eu não tinha meios, o preconceito era muito, as pessoas não aceitavam nem para emprego, ele – o pai - me acordava 4 horas da manhã para me procurar emprego – todas as portas para mim foram fechadas e aí, imagina aí a pessoa desesperada faz o quê, opta por outros meios de vida” (REBECA, 2020, grifo nosso).

Diante dos obstáculos encontrados para a atuação profissional, a esmagadora maioria das mulheres transexuais é condenada à prostituição compulsória. Segundo os dados do Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020, da ANTRA e IBTE, 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda. Segundo Pelúcio (2005, p. 235),

[...] travestis costumam ter uma trajetória de vida que as distancia dos padrões de comportamento considerados adequados para certas faixas etárias, mesmo entre camadas populares – saem cedo de casa, em torno dos 14 anos, e geralmente iniciam uma vida noturna sustentando-se através da prostituição.

Essa é a triste realidade da maioria das mulheres transexuais que são expostas à prostituição compulsória pela falta de oportunidades, de apoio familiar, e pela discriminação e preconceito da sociedade.

d) Relatando um caso de assassinato por transfobia

O Brasil lidera o ranking do país que mais mata mulheres transexuais e travestis no mundo. A entrevistada Mayana nos apresenta, em seu relato, mais um dado que faz parte da estatística brasileira:

“Aí passei do primeiro ano, entrei no segundo ano, o ano já foi melhorando, tudo de boa. Foi um ano maravilhoso, um ano de conquistas, o ano que eu fiz meus 18 anos, fiquei de maior. Aí foi quando eu recebi um baque: que aos meus dezoito anos foi quando a minha irmã sofreu um assassinato. Um caso assim, vamos se dizer, uma transfobia, e tipo assim, o maior sonho da minha irmã, ela queria que eu vivesse aquilo que ela não viveu. Porque ela pegou aquela época, aquela geração de Rebeca. Onde os meninos chacoteavam dela, jogavam bolinha de papel, queria pegar na porta da escola, fazer e acontecer” (MAYANA, 2020).

O excerto acima nos faz refletir na transfobia que são acometidas essas mulheres transexuais, que sofrem perseguição, estigmatização e marginalização da sociedade. O transfeminicídio cresce a cada ano no Brasil. Corroborando com essa assertiva, dados da ANTRA (2021), revelam que em 2020 foram cometidos 175 assassinatos contra mulheres transexuais e travestis, ranking mundial que o país lidera desde 2008. De acordo com Jesus, “pessoas trans ainda não são vistas como seres humanos, mas como seres abjetos, porque não são inteligíveis para os padrões hegemônicos de gênero (fundamentados no binarismo) e até mesmo de sexualidade” (2013, p. 105).

As narrativas de Rebeca e Mayana nos ajudaram compreender um pouco sobre a realidade desumana que as mulheres transexuais estão expostas, seja no meio social, seja no espaço escolar. Revelaram também as dificuldades para a inserção no mercado de trabalho, o inevitável caminho à prostituição e os crimes de ódio a que estão vulneráveis.

5 Considerações

A disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade nos possibilitou importantes discussões relacionadas ao campo da educação, gênero e sexualidade. Enquanto parte integrante das atividades avaliativas do componente curricular ECCS, a realização do Seminário Educação, Diversidade de Gênero e Sexual foi fundamental para refletirmos sobre as diferenças, sobre o diferente e a representação do diferente. Para Santos (1997, p. 97): “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza. Este é, consabidamente, um imperativo muito difícil de atingir e de manter”.

Com a realização do componente curricular, ampliamos também os nossos conhecimentos sobre a diversidade cultural e o multiculturalismo, ao compreendermos que a formação da cultura atravessa vários aspectos como a política, a família, os costumes, religião, entre outras características peculiares de um grupo social. O Brasil é um país que apresenta um pluralismo cultural muito rico, pois, reúne diversas culturas existentes em suas regiões. A cultura “é produto da ação do homem. Os homens a produzem e são produzidos por ela” (WHITAKER, 2003, p. 18). Ainda para a autora,

os homínídeos que ainda não tinham chegado a homo-sapiens, já manipulavam ferramentas e já tinham organização familiar. Essa possibilidade de fabricar instrumentos, construir regras de parentesco e modos de vida foi aperfeiçoando culturalmente o homem para torná-lo humano; o que nos dá também uma possibilidade de esperança, pois, quando Paulo Freire diz que o ser humano é um animal inconcluso, ele está correto, porque a cultura está em transformação e o homem está aberto a outras possibilidades de aprendizado e essas são muitas (WHITAKER, 2003, p. 18).

A discussão sobre a educação na perspectiva da sexualidade e do gênero nos possibilitou uma maior e melhor compreensão da relação da escola com o trato dessas questões. Para Louro (2011, p. 66) a educação

se constituiu, historicamente, como um campo normalizador e disciplinador. O campo da Educação opera, muito expressivamente, na perspectiva da heteronormatividade – ou seja, dentro da norma heterossexual, quer dizer, no entendimento de que todo mundo é, ou deveria ser, heterossexual.

Ainda para a autora, “as transformações trazidas por esses campos¹⁰ ultrapassam o terreno dos gêneros e da sexualidade e podem nos levar a pensar, de um modo renovado, não só a educação, mas a cultura, as instituições, o poder, as formas de aprender e de estar no mundo” (LOURO, 2011, p. 69).

Podemos também destacar a importância e pertinência de conhecermos e refletirmos sobre a realidade das mulheres transexuais, seja no contexto social ou no educacional e percebermos o quanto essas pessoas são cruelmente invisibilizadas e marginalizadas pela sociedade.

A disciplina Educação em Ciências Cultura e Sociedade contribuiu para pensarmos o processo educativo e o papel da educação na sociedade contemporânea com vistas a uma formação humanizadora e que privilegie o respeito às diversidades. Nessa direção, Whitaker afirma que,

o homem pode tornar-se mais humano ou desumanizar-se. A cultura aperfeiçoada via educação, movimentos sociais, ação política, etc., pode levar os sujeitos a um grau de humanização adequado. Ou se a cultura não se desenvolver, se ela for barrada, se for destruída, ela se desumaniza e, assim, podemos caminhar para a animalização do homem (2003, p. 18).

Por fim, a partir da perspectiva da pluralidade e diversidade cultural, a educação pode nos levar à compreensão de mundo e de cidadania com vistas à participação consciente na sociedade, a partir de atitudes de repúdio às injustiças, tendo como pilar a alteridade e o altruísmo para o desenvolvimento das relações sociais mais humanizadas.

6. Referências Bibliográficas

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior no Brasil, **V Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de Graduação**. Brasília, 2019.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. BENEVIDES, Bruna G.;

¹⁰ Os campos teóricos que se constituíram a partir de ou em conjunto com os movimentos sociais.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021, 136p.

BENTO, Berenice Alves de Melo. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, maio/ago. 2011.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p.

CALDAS, Luiz; RASEC, César. **Respeito é bom e eu gosto**. Intérprete: Luiz Caldas. 2019. (4 min 20).

JESUS, Jaqueline Gomes. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Orgs.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2017. p. 25-52.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre a Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, jan./jul. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar E. Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima. Modo de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Orgs.). **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005, p. 23-44.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Célia de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 217-248, jul./dez. 2005 .

REIS, Toni; HARRAD, David. **Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil**. As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais em nossos ambientes educacionais. Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABGLT), 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 48, p.11-32, jun. 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Érica (Coord.) **Relatório descritivo Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas para homens trans**. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de Antropologia e Arqueologia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SOUZA, Elizeu Clementino. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 22-39, jan./abr. 2006.

SOUZA, Elizeu Clementino. (Auto)biografia, identidades e alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. **Revista Fórum Identidades**, v. 4, ano 2, p. 37-50, jul./dez. 2008.

SOUZA, Marcos Lopes de; DUARTE, Ana Cristina Santos. **Plano de Curso da disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade**, 2020.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Ideologia e cultura: como harmonizar esses conceitos tão antagônicos? In: **Teoria e prática nas Ciências Sociais**, SOUZA, Eliana Maria de Melo et al (Orgs.). Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2003.

Sobre o autor:

Gleydson da Paixão Tavares - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
guedo@uesc.br